

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE CONVITE Nº DE 2014

(dos Srs. Vanderlei Macris e Duarte Nogueira)

Solicita que seja convidado o Sr. Alexandre Padilha, ex-Ministro da Saúde, para reunião de Audiência Pública nesta Comissão, para que ele preste esclarecimentos acerca de sua suposta ligação com o laboratório Labogen, do doleiro Alberto Youssef, preso pela PF na Operação Lava-Jato.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos regimentais, que se digne a adotar as providências necessárias ao convite para Reunião de Audiência Pública ao ex-Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para que ele preste os esclarecimentos necessários acerca de sua suposta ligação com o laboratório Labogen, do doleiro Alberto Youssef, preso pela PF na Operação Lava-Jato.

JUSTIFICATIVA

Segundo reportagem do jornal Estado de S. Paulo, na edição de 24 de abril, uma troca de mensagens interceptada pela PF sugere que Padilha teria indicado o executivo Marcus Cezar Ferreira de Moura para a indústria farmacêutica Labogen. O laboratório é um dos focos da operação da PF, que suspeita que o principal controlador da indústria farmacêutica seja Youssef. Ele é acusado de lavagem de dinheiro, em operações que podem totalizar R\$ 10 bilhões.

De acordo com a reportagem, Youssef trocou mensagens com o deputado federal André Vargas (PT-SP) em 28 de novembro de 2013, por meio das quais os dois comentam sobre a indicação de Moura para o Labogen. Vargas repassa a Youssef o nome e o contato do executivo e diz que foi

Padilha quem o indicou. O laboratório Labogen tentou fechar contratos, para fornecimento de remédios ao Ministério da Saúde, em parceria com o laboratório EMS. O acordo de cerca de R\$ 31 milhões, porém, não chegou a ser concretizado porque surgiram denúncias de irregularidades na transação.

A reportagem do jornal O Estado de S. Paulo informa que, segundo a PF, “existem indícios que os envolvidos tinham uma grande preocupação em colocar à frente da Labogen alguém que não levantasse suspeitas das autoridades fiscalizadoras”.

Outra reportagem, também do jornal O Estado de S. Paulo, na edição de hoje, indica que o ex-assessor do Ministério da Saúde Marcus César Ferreira de Moura foi contratado pelo laboratório justamente para atuar como lobista em órgãos do governo federal, em especial na pasta em que trabalhou.

Abaixo, a íntegra das entrevistas:

Relatório da PF sugere que Alexandre Padilha indicou executivo para laboratório de doleiro

Suspeita é levantada a partir de conversas de doleiro Alberto Youssef com deputado André Vargas

Fausto Macedo e Andreza Matais

São Paulo e Brasília – (atualizado às 23h43) Relatório da Operação Lava Jato da Polícia Federal sugere que o ex-ministro da Saúde Alexandre Padilha, pré-candidato do PT ao governo de São Paulo, indicou um executivo para o Labogen – controlado pelo doleiro Alberto Youssef, o Primo – quando o laboratório tentava obter contrato milionário da pasta em 2013.

O documento mostra ainda que Youssef, preso desde 17 de março de 2014, mantinha contatos com outros deputados do PT, além de André Vargas (PT-PR).

A PF suspeita que o doleiro se encontrou com Vargas no apartamento funcional do ex-líder do governo na Câmara Cândido Vaccarezza (PT-SP), em Brasília. Também teria enviado um emissário para participar de reunião com Vicente Cândido (PT-SP), em São Bernardo do Campo, no Grande ABC.

O relatório de 80 páginas, da Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros (Delefin) da PF, indica que no período de 19 de setembro de 2013 a 12 de março de 2014, Youssef e Vargas trocaram 270 mensagens pelo aplicativo Black Berry Messenger.

Eles se tratam por “irmão” e se despedem com “beijo”. Para a PF, esse tratamento “indica que a relação não era superficial”.

Ex-ministro. No trecho relativo ao ex-ministro da Saúde, a PF captou diálogos entre Youssef e Vargas – este chama Padilha de “Pad”. No dia 26 de novembro de 2013, Vargas pede ao doleiro que reserve a melhor suíte de um hotel – Blue Tree – que pertence a Youssef, segundo a PF. O deputado diz que falou com o “PAD”. “Ele vai marcar uma agenda comigo”, diz Vargas. O doleiro responde: “ótimo”. E elogia a atitude do deputado. “Precisamos estar presentes.”

A PF diz que o Labogen – com folha de pessoal de apenas R\$ 28 mil – planejava arrecadar R\$ 150 milhões com o negócio na Saúde, fornecimento de remédio para hipertenso. O contrato não chegou a ser assinado e, segundo o ministério, nenhum pagamento foi feito.

Indicado. O executivo que teria sido indicado por Padilha para os quadros do Labogen é Marcus Cezar Ferreira de Moura. Ele havia trabalhado no Ministério da Saúde entre 26 de maio e 1.º de agosto de 2011. Foi assessor da coordenação de eventos na gestão de Padilha.

O ex-ministro não caiu na malha de grampos da PF e nem é investigado, mas a investigação chegou a juntar aos autos da Lava Jato até uma fotografia de Padilha em um evento. “As evidências indicam que Vargas tinha interesse no processo de contratação do Labogen junto ao Ministério da Saúde”, sustenta a PF.

O alvo das interceptações era o doleiro. Todos os que com ele conversaram, por telefone ou por mensagens, acabaram grampeados indiretamente. Em 27 de novembro de 2013, Youssef foi avisado por Vargas que “achou o executivo” com experiência que seria colocado à frente do Labogen, um nome que não despertasse suspeitas com relação aos contratos da pasta. No dia seguinte, o petista diz ao doleiro amigo que foi Padilha quem indicou o profissional. Para a PF, “existem indícios que os envolvidos tinham grande preocupação em colocar à frente da Labogen alguém que não levantasse suspeitas das autoridades fiscalizadoras”.

Em um contato, o doleiro e o deputado comemoram a possibilidade do negócio. “Estamos mais fortes agora”, diz Vargas. “Você vai ver o quanto isso vai valer, tua independência financeira. E nossa também, é claro”, responde o doleiro. Vargas ri.

No dia 7 de março de 2014, Vargas tenta viabilizar reunião com Youssef, o empresário Pedro Paulo Leoni Ramos, o “PP” – ex-ministro do governo Fernando Collor (1990-1992) –, e o executivo supostamente recomendado por Padilha. O encontro foi marcado para dali a 3 dias.

Deputados. No dia 25 de setembro de 2013 o doleiro avisa Vargas que acabou de chegar em Brasília, acompanhado de “PP”, diretor da GPI Participações, sócia oculta do Labogen, segundo a PF. “Achei que você estivesse aqui na casa do Vaccarezza”, diz o doleiro. “Os indícios apontam que o alvo Alberto Youssef mantinha relações com o deputado federal Candido Vaccarezza”, sustenta a PF.

A citação ao deputado Vicente Cândido surgiu em diálogo de 20 de setembro de 2013, entre o doleiro e Vargas. Este cobra de Youssef informações sobre “os demais assuntos” e menciona “Vicente Cândido”.

O doleiro informa que com relação a “Vicente, nada”. E avisa Vargas que precisa “captar” – para a PF, “possivelmente referindo-se à falta de capital de giro para efetuar suas atividades”. Vargas sugere o nome de João Procópio Junqueira Pacheco de Almeida Prado, da Quality Holding Participações, controlada pelo doleiro – este diz que Prado “esteve com Vicente Cândido em alguns lugares”, como São Bernardo do Campo, “mas que não andou”. Vargas responde que “vai atuar”.

A ligação entre Youssef e Vargas é rotineira. Para a PF, Vargas servia ao doleiro, a ponto certa vez até de fazer conexão de voo em São Paulo para atender a pedido de Youssef. No dia 12 de março de 2014, o doleiro diz ao deputado que “deixou os óculos de grau” na casa dele. Vargas pergunta onde Youssef está e ele responde “em São Paulo”. Para não deixar o amigo na mão, o deputado, em trânsito, pousa em São Paulo e entrega os óculos de Youssef.

Ex-assessor de Padilha era ponte, diz sócio do Laborgen

O Laborgen é apontado pela Polícia Federal como o carro-chefe do esquema de lavagem de dinheiro comandado pelo doleiro Alberto Youssef

Agência Estado

Publicação: 29/04/2014 08:07 Atualização: 29/04/2014 08:27

São Paulo - Sócio do Laborgen, Leonardo Meirelles afirmou nessa segunda-feira que o ex-assessor do Ministério da Saúde Marcus César Ferreira de Moura foi contratado pelo laboratório justamente para atuar como lobista em órgãos do governo federal, em especial na pasta em que trabalhou. “O Marcus Moura mantinha os contatos institucionais com o Ministério da Saúde”, disse Meirelles. O Laborgen é apontado pela Polícia Federal como o carro-chefe do esquema de lavagem de dinheiro comandado pelo doleiro Alberto Youssef.

O laboratório, controlado pelo doleiro, tentou fechar contrato com o Ministério da Saúde durante a gestão do ex-ministro Alexandre Padilha para o fornecimento de remédios de hipertensão pulmonar no valor de R\$ 6,2 milhões por ano - pelo prazo de cinco anos. A parceria foi desfeita após a Polícia Federal deflagrar a Operação Lava Jato, que desmontou em 17 de março deste ano o esquema de Youssef e apontou suspeitas sobre os negócios do Laborgen, entre outras transações do doleiro.

Escutas da Polícia Federal flagraram o deputado licenciado André Vargas, que pediu desfiliação do PT em meio ao escândalo da Lava Jato, dizendo a Youssef, por meio de mensagem de texto, que Padilha havia indicado o nome de Moura para um cargo de comando no laboratório. A mensagem interceptada foi enviada ao doleiro em novembro de 2013.

Moura havia trabalhado com Padilha no Ministério da Saúde entre maio e agosto de 2011, como assessor de eventos da pasta do governo federal. Também trabalhou na campanha presidencial de Dilma Rousseff em 2010. Padilha, que é pré-candidato do PT ao governo de São Paulo, nega que tenha feito a indicação. O Ministério da Saúde afirma que nenhum pagamento foi liberado para o Labogen.

Atuação

Moura passou a atuar no Labogen em dezembro de 2013, segundo Meirelles. Ele ficava sediado em Brasília, mas com poderes para deslocamentos pelo País, em nome do laboratório. O sócio do negócio controlado por Youssef diz que o ex-assessor de Padilha não chegou por indicação do ex-ministro, mas sim de outro personagem do escândalo da Lava Jato.

Segundo o sócio do Labogen, a indicação de Moura foi feita pelo fundo GPI Participações e Investimentos, controlado por Pedro Paulo Leoni Ramos, ex-ministro do governo Fernando Collor (1990-1992). Pedro Paulo, conhecido como PP, é suspeito de integrar o esquema de Youssef.

“Ele (Moura) veio através desse fundo de investimentos. Não tive nenhuma influência (na contratação) e nenhum contato com o ex-ministro (Padilha). Tive reuniões com o Marcus Moura, ele esteve algumas vezes na empresa tomando conhecimento e ciência das nossas atividades. Eu não o conhecia, nunca o tinha visto”, afirmou Meirelles.

O registro em carteira indica que Moura recebia R\$ 4,2 mil ao mês. “Ele ganhava também uma verba para custear viagens e hospedagens. Após o episódio (deflagração da Lava Jato, em 17 de março), não tive mais contato com o Marcus, outro motivo para que o desligue”, disse Meirelles. Segundo informou o jornal Folha de S.Paulo no domingo, o vencimento real de Moura chegava a R\$ 25 mil ao mês.

O advogado do sócio do Labogen afirma que o trabalho de atuação do laboratório com o governo realizado pelo ex-assessor de Padilha era legítimo. “Todas as empresas têm alguém responsável pelas relações com o poder público”, disse Haroldo César Nater, defensor de Meirelles - o sócio do Labogen também é acusado de integrar o esquema de lavagem do doleiro. “Não há nada de irregular nesse trabalho. Um grupo de investidores que tem interesse no Labogen disse que ele (Meirelles) precisava contratar uma pessoa que pudesse fazer o papel de relações institucionais”, disse o advogado.

Diante do escândalo e da ligação de seu nome ao do ex-ministro Padilha, Moura deve perder o emprego no laboratório. “Estou providenciando o desligamento dele, vou comunicá-lo formalmente até porque não temos mais condições de bancar essa despesa”, disse Meirelles.

Remessas

O Estadão revelou no domingo que o Labogen enviou pelo menos US\$ 113 milhões para o exterior, segundo a Polícia Federal, por meio de operações de fachada. Na prática, o laboratório dizia que estava importando insumos para medicamentos, mas na verdade a intenção era apenas retirar o dinheiro do País, segundo os investigadores.

O ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa, que assim como Youssef está preso desde março, também é apontado como integrante do esquema que, ao todo, teria lavado R\$ 10 bilhões.

Desta forma, fica a evidente a necessidade da audiência pública para que o ex-Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, preste esclarecimentos a esta Comissão.

Sala de Sessões, em 29 de abril de 2014.

Deputado VANDERLEI MACRIS
(PSDB-SP)

Deputado DUARTE NOGUEIRA
(PSDB-SP)